

Estado e suas margens

limites da interpretação teórica e movimentos sociais

Edna Castro

Este texto procura fazer uma reflexão sobre o Estado e suas margens, no sentido de entender os processos e as contradições na formação do Estado Moderno no Brasil, quando defrontado com situações limites. O exercício do planejamento, da racionalidade e da gestão, que fazem parte do projeto modernizador de constituição da nação, com seus discursos de autovalidação, foi posto em questão nas manifestações de revoltas ocorridas nas cidades brasileiras em junho de 2013, e que se estendem ao presente. Mobilizações de rua, com extraordinária repercussão nacional e internacional, visibilizando questões candentes de insatisfação e indignação social, justamente num momento de inflexão do planejamento estatal e de instalação de grandes projetos de investimentos como estratégia governamental desenvolvimentista no país. Portanto, a conjuntura atual é de perplexidade e inquietação por parte das forças sociais ou das mobilizações sociais, face ao paradoxo do crescimento econômico, da opção política para construir mega empreendimentos, do crescimento da renda familiar, do fortalecimento de empresas nacionais, apesar do debate que aponta para a desindustrialização no país, e uma radicalização da crítica social às instituições e às formas de (des)regulação vigentes. Mostra, igualmente, um distanciamento nas manifestações e revoltas, dos partidos políticos e, igualmente, de governo que estiveram muito próximos dos movimentos sociais nesses últimos vinte e cinco anos.

A experiência de planejamento urbano no Brasil, sobretudo nas últimas décadas, foi fomentada por estudos e debates, dispositivos legais e procedimentos técnicos, ampliando a compreensão sobre os processos complexos (sociais, econômicos, políticos e ambientais) que envolvem o ordenamento do espaço público. Ermínia Maricato (2011) considera relevante a utilização de mecanismos que fortaleçam regras de cidadania referentes à noção social da propriedade urbana, à participação da comunidade, à valorização de aspectos pertinentes à identidade e a particularidades das cidades (BRANDÃO, 2010). No entanto, a academia esteve aturdida e completamente perplexa diante do que a rua falava ou não falava. Somente no final do mês de junho que os in-

telectuais passaram a discutir abertamente sobre as mobilizações e produzir análises elucidativas.

Há uma dialética de interação e de conflito, de produção e de operação na relação entre o social e o espacial (LEFEBVRE, 1999) e, por isso, a regulação do Estado sobre a cidade não pode ser absoluto, mas necessariamente uma relação com o lugar, com o espaço, e de sua dinâmica com o que é social. Nessa perspectiva, o conceito de espaço inclui a ação sobre os espaços planejados e a representação do mundo e da sociedade. A cidade não pode depender da produção do espaço planejado enquanto processo de intervenção direta de um pensar a cidade a partir de estruturas da racionalidade de mercado e de interesses privados, e sim dos sujeitos reais que vivem e fazem a dinâmica do lugar (CASTRO, 1995, 2008; ESCOBAR, 2008).

As políticas de descentralização fortaleceram o poder local conforme o princípio garantido na Constituição de 1988. No entanto, como mostram Raquel Rolnik e Nadia Somekh (2004), “apesar do fortalecimento das esferas subestaduais deste o planejamento, a gestão e o financiamento, há de fato uma tensão constante e mecanismos de poder para recentralizar decisões”. Igual processo em outras áreas foi apontado por Carvalho, Castro e Couto (2007), Cohn (1992). Porém, sem se esperar, eclodiram os protestos contra o aumento das tarifas dos transportes, que foi a linha tênue entre a regulação e a indignação. Nas últimas décadas, o Estado investiu na formação de técnicos em planejamento e adotou ferramentas mais sofisticadas de pesquisa e atenção às demandas, mas o que se observa é um descrédito nessas ferramentas de racionalidade pois obscurecem as bases políticas e subjetivas das escolhas..

Igualmente, contestam-se as práticas de acumulação capitalista e de concentração de poder, acompanhadas de violência e constrangimento aos direitos humanos pela dominação do Estado e dos agentes de mercado. É o caso de se perguntar sobre os efeitos das políticas públicas que agem no sentido do controle e do agenciamento de processos urbanos sobre os moradores das cidades. Cabe considerar que estes criam estratégias de defesa em contextos diferenciados, e desenvolvem práticas para lidar com as tentativas do Estado de exarcebar o controle sobre as pessoas e os territórios, por exemplo, das favelas, de forma bastante crítica. Esses sujeitos individuais e coletivos seriam moldados pela cultura ou, ao contrário, são capazes de moldá-la, interferindo sobre ela? Em outras palavras, como os cidadãos das cidades brasileiras estão interpretando as situações extremas de corrupção, violência e negação de direitos, na medida em que lidam cotidianamente com as dificuldades de acesso aos serviços públicos? Como os moradores de favelas e cidadãos traduzem, de

dentro de seu modo de vida, a violência produzida pelas instituições policiais, de forma direta e presencial? E como as ditas políticas de pacificação estão influenciando as agendas e afetando o cotidiano desses sujeitos sociais? O desafio teórico, portanto, é entender o Estado nas margens e o olhar do lugar, onde se elabora a experiência social, a criação urbana e as novas estratégias de reprodução da vida e da cultura conforme propõem as antropólogas Das e Poole na sua linha de interpretação sobre o Estado e a sociedade (2004).

Formação do Estado Moderno e suas margens

A reflexão sobre o planejamento nas sociedades contemporâneas globalizadas, cujos Estados e corporações econômicas tendem a regular as ações e processos em várias dimensões da vida, nos conduz a afirmar o seu contínuo distanciamento das demandas dos cidadãos, a exemplo do direito à cidade, uma vez que elas se fundam em lógicas culturais, de pertencimento e de afirmação do sujeito como condição de existência e de reprodução da vida. Esse limite, portanto, constitui uma inflexão justamente porque cresce o controle de regulação em todos os espaços do mundo e da vida, como assinala Habermas (1987) pois se delineiam impossibilidades de lidar com os conflitos produzidos e reproduzidos pela desigualdade social, pela discriminação, pela intolerância à diferença, enfim, pela negação de direitos constitucionais como aos territórios de ocupação tradicionais crescentemente desautorizados. Assistimos a formulação de novos dispositivos regulatórios que visam o aperfeiçoamento de controle dos indivíduos e de grupos sociais e, por isso, distanciam-se da realidade vivida pelas pessoas. De certa forma, essas observações nos mostram o grau de institucionalização de dispositivos que até podem ter o interesse de estimular procedimentos de participação, na expectativa do planejamento se aproximar da experiência social do outro mas, como sabemos, com práticas bastante frequentes de captura por instituições.

A reflexão é de tentar ver o Estado a partir das suas margens, entendendo esta não do ponto de vista geográfico, e sim do espaço social, conforme entende Bourdieu (2005), no qual as formas de hierarquias se constroem e se movimentam. Das e Poole (2004) sustentam que os processos reais da sociedade são percebidos na perspectiva invertida, sugerindo etnografias como recurso teórico de entendimento da vida social nas margens do Estado. A lógica que informa o planejamento é constituída de forma tal, que estabelece um olhar do uniforme e genérico, ou seja, a perspectiva racional e abstrata do entendimento da sociedade e da sua relação com o Estado. Ora, a socie-

dade vista de suas margens, significa uma inversão do olhar, uma insurreição da perspectiva dominante, que é incapaz de perceber a complexidade e as questões novas, postas justamente pela cidade na sua diversidade, incluindo a da periferia urbana, com suas escalas de intermediação da vida. É relevante, portanto, considerar o distanciamento do Estado na sua forma administrativa e racional, que visa modalidades mais modernas de gerenciamento.

A análise do Estado a partir de suas margens, conforme Das e Poole (2004) sugerem, considera o lugar, ou seja, de onde procuramos compreender o que de fato é o Estado, ou melhor, uma etnografia sobre as práticas sociais, os lugares e as linguagens que conformam os lugares nas margens do Estado-nação. Pergunta-se, assim, o que ocorre nesses lugares que foram impactados com políticas governamentais e por empreendimentos econômicos, e quais os efeitos produzidos sobre as populações ali existentes – se estaria havendo uma alteração nas formas anteriores de regulação, identidade e pertencimento, e se isso significaria uma redução da qualidade de vida, um aumento das formas de marginalização e redução de direitos em relação direta com o Estado moderno.

A sociedade brasileira é muito desigual, embora sejam bem presentes as formas de ocultamento ou naturalização desse fato. Por isso é necessário desconstruir o discurso homogeneizador em nome da Nação, do progresso e do desenvolvimento, na contramão, por exemplo, de certas formulações isebianas, pois foram marcadas desde as suas origens pelas relações coloniais e escravagistas, e as atualizam através de formas aparentemente menos cruéis, estruturadas em classes sociais. Um esforço teórico seria oportuno e necessário para entender as origens das contradições e das estruturas desiguais que conformam o legado e as heranças de classes (PRADO Jr, 2011; FERNANDES, 2006). Certamente se impõe necessariamente recuperar a noção de que a sociedade funciona por múltiplas escalas, capaz de pensar suas alternativas, a exemplo do que nos mostra a periferia das cidades no Brasil, não apenas as grandes cidades, contrariando, a nosso ver, a racionalidade do projeto de Estado modernizador e de construção da Nação.

As manifestações surpreenderam pelo inusitado, pela rapidez de seu crescimento, e pelo amplo leque de reinvenções que denunciavam o grau de insatisfação, mobilizando conjuntamente pessoas de classes sociais diferentes, sobretudo os jovens indignados com o peso da vida nas cidades brasileiras, que têm de produzir, a cada dia, seus verdadeiros heróis capazes de enfrentar os percalços da mobilidade urbana, aos desafios de outros serviços públicos, incluindo os perigos que acompanham o quadro e os dramas: possibilidade de morte na porta de hospitais sem direito de ter sido atendido; ser abatido por um policial

sem ter nenhuma ocorrência policial anterior, desaparecer em uma “batida” da polícia, como os Amarildos; enfim, viver no desamparo da lei.

Mobilizações insurgentes e conflitos urbanos

Na atualidade do Brasil, observa-se o crescimento de antigos conflitos urbanos que têm a ver, em boa parte, com a estrutura de classe e as desigualdades sociais, a corrupção e os limites impostos à realização dos direitos. Os protestos de junho de 2014 foram apresentados no espaço público e revelaram, em forte grau, as insatisfações com o Estado. Um movimento contra a corrupção e a arrogância dos políticos, em defesa da dignidade e dos direitos humanos, como se refere Castells (2013). E, por isso, cabe ao Estado e suas instituições, como responsabilidade, produzirem os mecanismos de entendimento e de interlocução. Os dizeres dos cartazes não escondiam a insatisfação ao modelo neodesenvolvimentista baseado na mercantilização de todos os espaços da cidade, nos megaprojetos de investimento sem resultados evidentes na alteração da matriz social, na in-transparência de acordos multilaterais, na produção intensiva de *commodities*, que pressiona os conflitos agrários e territórios tradicionalmente ocupados, entre outros, os territórios de povos indígenas, de quilombolas, de camponeses de várias configurações. As injustiças se expressam em obscurecimento e negação de direitos, sejam eles urbanos, rurais ou étnicos, e levam à insegurança sentida por parte dos indivíduos quanto aos direitos legais instituídos por força da lei e intolerância para com os direitos já adquiridos e, mais recentemente, mostrados em denúncias que varam o Brasil, quanto à criminalização de cidadãos que ao se defenderem da ameaça ou usurpação de seus territórios, contrapõem-se às ações do Estado, a exemplo das grandes obras urbanas para a Copa e os mega projetos hidrelétricos na Amazônia, Belo Monte, Santo Antônio, Jirau e Marabá.

As manifestações escancararam ainda as diferenças de classe, os territórios urbanos socialmente segregados, divididos como expressão da diáspora social. A classe média que foi às ruas sentiu na pele a violência policial, a arrogância do poder institucional de polícia, e sentiu indignação por ser objeto de uma violação dos direitos de livre expressão garantidos constitucionalmente. As ações de violência que levaram ao quebra-quebra de símbolos dos serviços públicos que remetem à sua ineficiência, como paradas de ônibus, cabines telefônicas e cabines de pedágio – ou da exploração do mercado, como ônibus, agências bancárias e lojas – merecem uma reflexão mais aprofundada. Nos anos 1960, o Brasil viveu situações parecidas de revolta e quebra de trens da Central do Brasil (MOISÉS, ALLIER, 1978; MOISÉS, 1977), expressões cole-

tivas extremas como turbas urbanas, e que Hobsbawm (2001) denomina, no caso de revoltas camponesas, de rebeldes primitivos. As revoltas repõem o lugar dos sujeitos e da insurreição na história escrita na contramão do poder e das narrativas hegemônicas.

Cabe ressaltar a dimensão da violência das instituições policiais em dois espaços públicos, ambos nas manifestações de rua. Dois momentos se destacam – o das manifestações de junho de 2013 nas ruas mais ou menos centrais das cidades, e o dos protestos em julho de 2014, por ocasião da Copa do Mundo de Futebol e a ela referidos, nas proximidades dos estádios. Mas uma diferença gritante separa esses dois processos. O sentimento de violência policial é vivido no dia a dia das favelas, com ou sem manifestação no espaço público. São nomeados de vândalos, suspeitos ou criminosos, ou formam quadrilhas armadas, como a polícia muito rapidamente rotulou os 26 detidos nas vésperas do Final da Copa. Podem ser, mas podem não ser. Ou no caso da apreensão de Amarildo, no primeiro tempo, operário da construção civil, morador de favela, e de Sininho, liderança identificada na classe média e articuladora de mobilizações. Ora, como lembra Castells (2013), o espaço público reúne a sociedade em sua diversidade. O que se esperava? Que as manifestações circulariam por espaços organizados, planejados, definidos, delimitados para se manter dentro da ordem, a despeito de toda a insatisfação? Logo, sem mobilizar os desejos de outros, sejam quais forem, venham de que espaços da cidade vierem, igualmente insatisfeitos, talvez por estas ou outras demandas coletivas, e contidas há quanto tempo! Trata-se de uma violência sistemática, instrumentalizada e que atinge de forma diferente a experiência social dos pobres e nas favelas¹.

Para Castells (2013), um elemento novo é o fato de esses protestos estarem fora dos canais tradicionais de convocação pelos sindicatos e partidos políticos, enquanto movimento contra o monopólio do poder e as práticas burocráticas de controle. As ruas afirmaram o espaço público como lugar da diversidade social e da criatividade. No protesto do dia 22 de agosto, os partidos políticos em São Paulo tiveram de se retirar, por imposição dos manifes-

¹ No artigo *Mau Senso*, Pedro Rocha de Oliveira discute e questiona o lugar da violência na sociedade e no cotidiano dos brasileiros. Considera que "ao contrário do que acontece com a violência policial exercida no centro, e contra gente branca, a opinião pública está preparada para encarar a repressão, acossamento, segregação, criminalização e brutalidade sistemática dos pobres no morro e na periferia como coisa tão natural quanto a pobreza, o que já é uma violência danada. Esse bom senso moral saudou as invasões policiais como o "restabelecimento do Estado de Direito". Mas, se na favela ocupada a violência não é exceção, mas regra, tal violência não pode ser separada de um funcionamento social moral, de modo que o Estado de Direito foi para as cucuias. Se a normalidade é violenta, não há sustentação para a oposição entre violência devida e indevida. Sob ocupação policial constante, não há instituições justas e injustas, só a opressão explícita" (Estado de São Paulo, 22/06/2013).

tantes. O Partido dos Trabalhadores recorreu a bandeiras velhas e identidades, possivelmente na tentativa de se diferenciar de outros partidos, resgatar a sua origem nas grandes mobilizações operárias do ABC. Mas a memória ressignifica a experiência coletiva e a atualiza, independente de práticas discursivas. Ao se fazerem *ouvidos de surdo*, como se não tivessem entendido que também eram alvos das críticas e dos protestos enquanto parte de um campo político, ou contestados justamente pelas suas práticas e jogos simbólicos com objetivo de convencimento (Bourdieu, 2005)², estavam na realidade contrariando os códigos de moralidade explicitados na rua.

Entendemos que o valor de qualquer coisa, como os objetos, não se encontra neles próprios, mas na trama social no qual eles existem e que não estão em nenhum lugar propriamente dito, mas no jogo de sentidos tecido pelas relações sociais e culturais, como mostra Bourdieu (1982, 2005), Appadurai (2004), Das e Polle (2004) e Escobar (2008) que discorrem sobre a vida social e o significado dos lugares como territórios de identidades. Trata-se de pensar em processos tanto de objetivação como de subjetivação que fazem parte da mesma experiência social, como assinala Latour (1991). Certamente o campo social é de disputas – entender e decifrar os movimentos dentro desse campo formado por conflitos, disputas e tensões, constitui a matéria de compreensão das estratégias e as ações dos sujeitos que atuam no campo. Pode-se entender, nessa perspectiva, como se organiza a produção da vida em várias dimensões do social, tomando como interesse para entendimento o lugar do sujeito e sua capacidade de resistência face às estruturas de poder que perpassam as relações sociais.

As manifestações de junho de 2013, embora com alto grau de espontaneidade, definiram espaços de autonomia e de participação não rígidos em relação aos arranjos locais, nas diferentes cidades que aderiram ao movimento. Por isso, a forte hostilidade aos militantes de partidos políticos, identificadas por suas bandeiras, na manifestação de 22 de agosto na Avenida Paulista, partindo, segundo os próprios militantes, do Movimento Passe Livre/MPL³. e outros participantes da manifestação, sem necessariamente estarem orga-

² Alguns políticos foram alvos e concentraram essa insatisfação como Renan Calheiros (PMDB-AL presidente do Senado, simbolizando a corrupção no país, e Marco Feliciano (PPC-SP) da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, símbolo da intolerância, do desrespeito à diferença e à identidade de sujeitos, e portanto do racismo tomando este no sentido lato de negação de direito de cidadão.

³ A presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Virgínia Barros, ao reafirmar as antigas lutas da entidade, na vanguarda contra as tarifas de transporte e pela gratuidade desse serviço como bem público, fala da sensibilidade da sociedade à truculência policial, fator de crescimento das manifestações. Diz "o que existe é um sentimento de que precisamos garantir mais direitos e de que não vamos permitir retrocessos nos nossos direitos de manifestação conquistados com muito esforço pelas gerações que nos antecederam (Estado de São Paulo, 25/06/2013)

nizados em grupos. Jovens organizados em grupos mais radicais, talvez pouco conhecidos até então, entre outros, *grupos* de ideologia Punk anarquista e *Black Blocs*. Também, portanto, bandeiras do Brasil às costas na multidão calculada, nesse dia, em 110.000 participantes. O transporte de péssima qualidade foi o fio condutor da rede de mobilização contra o modelo de desenvolvimento capitalista de acumulação e concentração de renda e poder, que esteve todo o tempo em questão, ou seja, o cotidiano das pessoas, as idas e vindas do trabalho, das escolas, das universidades ou qualquer outra necessidade de mobilidade na cidade; um serviço que reivindicam público, gratuito, pois dele depende a funcionalidade da vida social e econômica das cidades e da sociedade.

A violência é um tema recorrente; uma realidade experimentada no cotidiano. Inconteste, incontornável, que cresce com a regulamentação da vida nas nossas cidades. Não falo apenas da violência das pessoas ou daqueles tocados pelas drogas, mas da violência institucionalizada, planejada e produzida cientificamente pelo Estado e por corporações e empresas, por exemplo, que produzem irresponsavelmente os games americanos que ensinam as crianças e adolescentes a matar, que ensinam o prazer de matar, difundidos abertamente no país, franquizados na internet e nas *lan houses*; a mídia e a televisão cada vez mais se utilizam de imagens de belas mulheres, de falas doces e bem vestidas, maquiadas, de salto alto que seduzem e sofisticam o exercício do crime. Cabe destacar, porém, para fins deste trabalho, a violência policial, a arrogância do Estado, a violência legítima e institucionalizada para regular os espaços das favelas com as UPPs e a ideologia da “pacificação”.

No trato com o cidadão, segundo as consultas feitas no noticiário de jornais, denúncias de moradores e de Ongs, se for de cor preta, pobre e morador da periferia ou em favelas é de antemão suspeito de algum crime e sujeito à revista e averiguação. Movimentos de insurgência que radicalizam a crítica social, que contestam e escancaram, seja pela música, pela dança, pela pintura mural, as angústias e os gritos de desesperança (HARVEY, 2003) face à impotência das situações extremas do gueto, do abandono e, sobretudo, de ter de lidar com um poder simbólico inscrito nas estruturas das instituições que se inscrevem no Estado-nação como arautos da ordem e da disciplina instaurada na sociedade do capitalismo moderno.

A favela, as periferias urbanas, nos seus movimentos de contestação, pedem por direitos – direito a ser cidadão, direito ao território e às identidades, direito de ter direito à cidade. Ora, são os mesmos direitos da ordem constitucional. E justamente para retornar ao Estado e suas margens, a favela e as peri-

ferias são insurgentes, e isso porque invertem e escancaram a insuficiência do Estado-nação e de seu projeto de modernização da sociedade. Questionam nas margens o sentido dos princípios do direito, e do direito à cidade, inscrição do Estado moderno e da constituição da Nação. As práticas de reprodução social encontradas nas fimbrias da sociedade brasileira negam o sentido e os princípios hasteados na noção de Estado Nação e de modernidade.

Cabe ressaltar, ainda que as manifestações iluminaram outro ângulo não visto, mas que insistentemente fala entre si, como os jovens dos bailes funk que dançam cantando letras de amor e revolta, de dor, dos sinais da discriminação social e racial, contestação contra a ordem dominante (econômica, social e política), fazem humor dos lugares sociais e de onde se encontram, da ausência de serviços e de respeito, da indignação, riem-se das contradições, diferenças reafirmadas em outras classes sociais. A consciência do eu e dos lugares sociais se forja na luta e na contramão da vida urbana.

A Copa das Copas ou a festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas

Estavam sendo convocadas através das redes sociais duas manifestações para o dia da final da Copa do Mundo entre Alemanha e Argentina, no Rio de Janeiro. Justamente na véspera, foram presas vinte e seis pessoas e amplamente divulgadas na mídia comercial, inclusive no Jornal Nacional, da Globo. Os acusados eram suspeitos de formação de quadrilha armada. Segundo o Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, cerca de 25.787 homens de várias corporações participariam do esquema de segurança do final da Copa do Mundo, classificado por ele como “a maior operação de segurança da história do Rio de Janeiro”.

Entre as várias ocorrências nesse quadro de festas do mundial, destaco duas que me parecem emblemáticas para elucidar as ações do sistema regulador que, por sinal, observamos no dia a dia em todos os níveis da vida social. Mas aqui se trata da regulação do Estado face ao que considera como um campo de possibilidades do crime.

1 – Prisão de Sininho, por diligência da Polícia do Rio de Janeiro à Porto Alegre, na véspera da final da Copa do Mundo, que foi no Maracanã. O advogado de defesa de Sininho disse que a operação era uma tentativa de calar as vozes que vêm das ruas, criminalizando a atuação dessas pessoas. Por outro lado, a Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (OAB-RJ) informou, em Nota, que demonstra preocupação com as prisões com base na

acusação de crime de formação de quadrilha armada. Diz o texto: “Considerando que uma manifestação foi convocada para amanhã, dia 13, as prisões parecem ter caráter intimidatório”. Igualmente, ONGs repudiaram prisões às vésperas do final da Copa, inclusive a *Justiça Global* considerou que a ação tem o “propósito único de neutralizar, reprimir e amedrontar aqueles e aquelas que têm feito na rua uma de suas formas de expressão e luta por justiça social”. A Anistia Internacional também reagiu afirmando ser “preocupante por parecer repetir um padrão de intimidação que já havia sido identificado pela organização antes do início do mundial”.

2 – “Bloco de Favelas organiza ato após um ano da morte de Amarildo”. Com uma faixa negra e a pergunta “Cadê os restos mortais de Amarildo?”, reúnem-se para participar de um ato público marcado para o dia 13 de julho, que resulta de uma articulação de várias favelas do Rio de Janeiro: Rocinha, Mangueiras, Complexo do Alemão, Santa Marta, Cantagalo e Babilônia.

Trata-se de um protesto organizado que intitularam de “A festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas”, previsto para ocorrer no dia 13 de julho, simultaneamente ao final da Copa, no entorno do estádio do Maracanã. No dizer de uma participante da Maré: “Este é um ato diferente dos que aconteceram no Rio desde o ano passado. Desta vez ele é marcado pelos moradores de favelas. A pauta da favela está colocada em primeiro lugar. A favela enfim é protagonista”, diz Gisela Martins, citada por Ricardo Senra.

A fala da favela é dos abusos cotidianos e da indignação com o aumento da pressão militar intensificada com a Copa, da presença de tanques e de armas ali onde transitam crianças. Moradores suspeitos, revistados, criminalizados, assassinados. E afirma: essa é a matéria do protesto, contra a militarização promovida pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), e o reforço dado pelas Forças Armadas e pela Força Nacional. Se não fosse as mobilizações pela internet, a voz da favela teria sido sufocada na denúncia sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo, e provavelmente teria caído no esquecimento o julgamento dos policiais responsáveis pelo seu assassinato.

A “voz do morro” reivindica que as favelas sejam olhadas de fora da visão genérica, pois têm particularidades que devem ser reconhecidas para informar as políticas públicas, e isso certamente reflete um sentimento de ausência de alternativas de soluções possíveis. Contrariamente, as trocas sociais são reguladas por códigos morais e éticos ignorados pelo sistema regulador, por não reconhecer a condição do outro como sujeito.

Cultura, globalização e desenvolvimento na perspectiva dos estudos pós-coloniais

Os estudos pós-coloniais têm refletido sobre as formas de subalternidade e os processos de subjetivação vividos pelas sociedades que têm experiência colonial, perguntando sobre o presente e as raízes ideológicas que permanecem na representação social e nas formas de dominação. A perspectiva pós-desenvolvimentista considera a multiplicidade de experiências sociais, a diversidade e a heterogeneidade do mundo. Não por acaso, emergem novos processos de afirmação identitária de grupos subalternos até então invisibilizados, que postulam ampliação dos direitos ao introduzirem novas questões ao debate global sobre desenvolvimento na agenda dos direitos sociais, étnicos, de reprodução de modo de vida e de direito à cidade, e na diversidade de situações, experiências e saberes sobre sociedade e natureza. Contestam, assim, a formulação que sustenta a tendência inexorável à homogeneização como parte dos processos de globalização.

As formulações mais radicais do ponto de vista da crítica teórica têm partido de intelectuais que pensam o desenvolvimento na contramão do pensamento dominante, sobretudo refletindo sobre a diversidade social, étnica e de saberes presentes em países do Sul. Reflexões que emergem de discussões e mobilizações de diferentes segmentos da sociedade. E que tem incorporado as referências vindas das mobilizações políticas de sujeitos que se autodefinem como grupos feministas, étnicos, camponeses, entre outros, na medida em que conseguem avançar a reflexão e a produção da crítica a certas dimensões da homogeneização como parte da globalização, e também revelam o aumento das tensões e conflitos. Observa-se esse debate, de um lado, entre redes de lideranças de movimentos e de organizações sociais focadas na relação território e cultura; e, de outro, entre intelectuais que reinterpretem o entendimento do mundo, para além da esfera política da dominação eurocêntrica (APPADURAI, 2004).

No interior do campo do desenvolvimento, várias correntes de ideias vindas sobretudo dos movimentos sociais fomentam discussões sobre as múltiplas possibilidades de desenvolvimento alternativo, também proposta seminal do Forum Social Mundial/FMS. O debate ambiental é construído nesse campo de discussões críticas e a construção de novas utopias. Pela ação de grupos sociais, pesquisadores, ONGs e outras instituições de apoio foram afirmados na Constituição de 1988 os direitos sociais, étnicos e territoriais (titulação de terras de domínio coletivo, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas), e garantias das condições de reprodução dos saberes tradicionais,

levando a diversas interpretações, como a de associar preservação de ecossistemas e saberes tradicionais, biodiversidade e manejo de recursos naturais.

Ao formular uma teoria das rupturas na cultura em relação ao passado, Appadurai (2004) busca entender as trocas culturais na globalização. Parte da perspectiva histórica e percorre as trocas culturais da colonização europeia de outros continentes. As guerras e missões religiosas foram essenciais no trânsito de culturas – e o processo acelerado de transferência de tecnologia e de inovações, sobretudo com a Revolução Industrial, no final dos séculos XVIII e XIX, reforça o papel desses processos na dominação europeia sobre as colônias, na sobreposição de mundos que Appadurai (2004) chama de eurocoloniais. Mostra canais permanentes de tráfego de ideias, valores, obras de arte, pessoas, subjetividades e difusão assimétrica da dominação cultural em todas as dimensões e que permitiam a riqueza dessas nações metropolitanas. O trânsito complexo de culturas e a ocidentalização do mundo para ele é fundamental na construção de “comunidades imaginadas”, conforme esclarece, no sentido aplicado por Benedict Anderson (2008). A imaginação como característica constitutiva da subjetividade moderna, dos sentimentos de identidade que são importantes à compreensão do processo de globalização (APPADURAI, 2004). Em outra perspectiva teórica, mas de crítica ao modelo capitalista de produção, Polanyi (1966) não vê a homogeneização como inexorável. Na análise do desenvolvimento capitalista como processo social, entende que é possível integração entre as trocas mercantis e não mercantis, onde se efetivam relações sociais com primazia. O autor considera a diversidade de formas sociais tensionadas, mas complementares, podendo coexistir a tendência dominante de regulação do mercado capitalista e as dinâmicas da sociedade, que reproduzem formas autônomas de economia e instituem sua regulação independente da forma mercantil.

A globalização corresponde a uma expansão da economia de mercado marcada por processos de violência e expropriação (ESCOBAR, 2008), causando deslocamentos compulsórios de camponeses de suas terras de trabalho, como ocorre na Amazônia brasileira, colombiana e peruana, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura (estradas, hidrelétricas, gasodutos etc.), e que servem à análise do caso do Pacífico colombiano (ESCOBAR; PARDO, 2003; ESCOBAR, 2008) para mostrar a incapacidade do modelo de modernização de fomentar um desenvolvimento de acordo com as necessidades locais, e em termos democráticos.

Dentre as características da globalização, a desterritorialização é destacada por explicar como são removidas as referências fixas ou locais pela alte-

ração da relação com o espaço e com as fronteiras, com as escalas de tempo em que vivem, na atualidade, as pessoas, os grupos e as sociedades em geral. Processos que alteram a conformação e as estruturas de poder do Estado e de suas instituições, a relação Estado-nação, ideologias e utopias. Escobar (2008) ao formular uma teoria do lugar sustenta que a problemática central dos processos culturais de hoje é o desenraizamento, a alienação e o distanciamento psicológico, como os efeitos da intensificação das tecnologias, que afastam pessoas próximas, ao mesmo tempo que produz a fantasia da proximidade eletrônica do outro.

Mas a desterritorialização também é apropriada pelo mercado que se dinamiza em inúmeros setores, ao criar novos produtos, novos espaços institucionais de intervenção pública, empresas e empresários capazes de viabilizar a mobilidade do trabalho no sentido dado por Gaudemar (1979), em migrações e deslocamentos de várias naturezas, e a mobilidade do capital. Na globalização, tais fluxos são intensos e rápidos, como mostra Appadurai nas suas “scapespaisagens”, ao analisar as dimensões dos fluxos de pessoas, de tecnologia, de recursos financeiros, de informação e das mídias (APPADURAI, 2004), que atravessam países e continentes e alteram substancialmente as noções de espaço e tempo, e com elas as relações sociais e as trocas culturais, o que para Escobar (2008) tem a ver com a mudança do sentido e das significações do lugar.

A relação colonial pressupõe alteridade, como assinala Bhabha (1994) nas análises sobre a identidade na relação com o outro e a invisibilidade imposta ao outro. Procura mostrar a dificuldade de compreensão do modo de construção do sujeito no discurso colonial, discurso de poder, no qual ambos, o colonizado e o colonizador, encontram-se integrados. Relações de poder que são ambivalentes, que sustentam as visões estereotipadas do outro, que se processam através de processos de subjetivação e, por isso, estrategicamente impostos pelo dominante sobre o dominado. Enfim, liga mimetismo a hibridismo como partes da relação de alteridade, visando argumentar como ambos afetam as representações e significados.

O campo dos estudos pós-coloniais tem se constituído pela problematização do processo histórico de formação da sociedade brasileira, de questionar o colonialismo teórico produzido nos grandes centros, desconstruindo imagens, representações e crenças interiorizadas, sem questionar suas raízes ideológicas da colonização, e pensar de forma crítica a relação de alteridade, as diferenças e a identidade nacional, conforme insistira Guerreiro Ramos (1965), argumentando pelo uso exaustivo da “redução sociológica”, para uma melhor condução crítica do processo de assimilação cultural e compreensão

do outro e da relação de alteridade e não de dominação pela razão colonial. Guerreiro Ramos é redescoberto pelo teor radical de sua crítica, como no trecho de contornos do trabalho da razão: “Até agora, considerável parcela de estudiosos se conduziu sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho científico. Sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos” (GUERREIRO RAMOS, 1965)

O movimento de descolonização, que em Fanon (2008) tem expressivo significado político, como afirmação do sujeito e imagem essencial nos movimentos anticolonialistas africanos e caribenhos. Ou ainda, na análise sobre o lugar da cultura e/ou os lugares sociais de pertencimento, na linha da subalternidade (SPIVAK, 1988) em contexto globalizante, capitalista, excludente e homogeneizador, que silencia sobre o outro ou o faz silenciar sob o poder hegemônico, e um receio do retorno do olhar do outro. Enfim, formas de examinar narrativas sobre as subjetividades, a objetividade e os efeitos da modernidade, o que sugere novas formas de pensar o sujeito. Portanto, sujeito de direitos e de desejos que formulam projetos de cidade que têm a ver com a imaginação coletiva.

Mobilizações políticas e direito à cidade

Do ponto de vista das classes sociais, as análises sobre os movimentos de junho assinalam as mobilizações de classe média, mas nos faltam elementos de análise sobre o que é classe média hoje no Brasil. Dados de renda familiar, inserção no mercado de trabalho, salário escolaridade, local de moradia, certamente iluminam, mas são insuficientes. Segundo, se os moradores da periferia das cidades brasileiras não trabalhassem no centro urbano e nos bairros mais ricos, provavelmente o impacto sobre o transporte seria menor. Ainda que o transporte, que serviu de estopim, fosse apenas uma parte dos principais problemas trazidos pelas ruas, eram direcionados ao Estado a corrupção, a arrogância e intolerância dos políticos e o desrespeito ao cidadão. Um movimento, portanto, em defesa da vida, da dignidade e dos direitos humanos, e contra o modo de regulação e gestão dos bens públicos. Mas o fato é que as manifestações engrossavam nos finais de expediente. Não foi a classe média e moradora de bairros mais bem servidos por equipamentos e serviços públicos ou privados, mas também trabalhadores de pequenos empregos e salários, que ralam pendurados em transportes urbanos até por duas horas e meia para garantir o direito ao emprego – comerciários, escriturários, técnicos de várias áreas, ambulantes, estiveram junto com estudantes de várias inserções sociais e demais participantes. Além disso, seria ingenuidade pensar que tal movi-

mento não mobilizaria a revolta presente na periferia, onde os serviços são péssimos, os direitos negados, usurpados, e o Estado só pode chegar protegido por tanques e armas, e depois com as UPPs.

Certamente esses acontecimentos representam a maior participação de massa no espaço público. Na literatura sobre movimentos sociais discutidos segundo categorias de organização, identidades, historicidade, construção de discursos, saberes e afirmação de um modelo de insurreição, como argumenta Touraine (1984) nos estudos de movimentos sociais no fim do século XX, em particular. As lutas sociais e urbanas hoje se configuram e se expressam através de outras modalidades, e como resposta aos processos de dominação da sociedade contemporânea, seus agentes e opositores.

No caso em exame, as manifestações expuseram um modo de participação da sociedade bem diferente da participação sob regulação do Estado, como as Consultas e as Audiências Públicas – burocratizadas e manipuladas pelo Estado, pelos partidos e pelas empresas conforme os interesses em jogo e os objetos da audiência. A prática observada é de agenciamento do “modo de participação”. Os exemplos da Audiência Pública na construção das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia; e de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará, são exemplos da captura pelo Estado e por empreendimentos do setor elétrico do dispositivo legal de Audiência Pública importante conquista e demanda da sociedade, para exercício de cidadania e resguardo democrático.

Mas as manifestações de junho, onde a classe média esteve presente de forma expressiva, teve igualmente uma presença e participação da periferia, reunindo pequenos trabalhadores do comércio, de empresas de várias ordens, feirantes, camelôs, estudantes insatisfeitos que somaram forças, desejos e ousadia para sair às ruas, pós-jornada de oito horas de trabalho, e talvez umas três ou quatro horas de transporte urbano – e que essa multidão, com suas demandas afixadas em cartazes – fez a diferença dessas formas de manifestação, comparativamente com outros processos de luta no Brasil, e mesmo na América Latina:

1 - Pesquisa do Datafolha na Avenida Paulista mostrou, em junho de 2013, os seguintes números quanto às reivindicações: 50% manifestam contra a corrupção; 35% contra o aumento das passagens; 19% pela melhoria de transporte. Certamente não se pode considerar ser uma ou outra. São sinalizados itens de um conjunto que é inseparável, pois o que está em questão é um modelo de ordem. Por isso, pode parecer nada, mas na realidade é tudo, pois se pauta em múltiplas reinvenções. O mesmo tem ocorrido com outros

movimentos sociais contemporâneos que eclodiram em muitos países e continentes. Por isso, o planejamento que, via de regra, tende a ser, apesar da crítica teórica e da experimentação de propostas alternativas, marcado por procedimentos reducionistas, sob uma visão colonial e, por isso, autoritária e homogeneizante. Basta ver, Brasil afora, o modelinho glorioso de “Minha casa, minha vida”.

2 - Redes virtuais e presenciais que se articulam num processo intenso de criação das condições de realização dos protestos, tais como: Dia do Basta, Unidos por País Melhor (UPPM), Organização de Combate à Corrupção (OCC), Pátria Minha, Movimento Passe Livre, Movimento Rio de Paz Ação – Ocupe Delfim Moreira – Leblon, RJ, Contra Intolerâncias Feliciano e a corrupção do Estado: Marcha das Vadias, Marcha do Vinagre; Grupos que atuam dentro das redes sociais Habeas corpus, Movimento Passe Livre, de Advogados, MOBajuda, Grupo Mobilização no facebook, Grupos Occupe.

3 - Ativismo em redes sociais – os protestos consolidaram a importância da internet para livre expressão e convocação as manifestações. Mas também para impedir o domínio de interpretações de fora, vindas de outros ou do governo e da mídia, pudesse ter força de apropriação e domínio de interpretações. Observou-se o fluxo paralelo de informações produzidas coletivamente e livres, o que possibilitou a comparação com outras versões, como as versões oficiais do governo, da polícia, da mídia. Na ponta da língua as pessoas sabem o que as levou a se manifestarem.

4 - Depois da forte repressão da Polícia Militar nas primeiras manifestações de junho, houve um crescimento inacreditável de participação. Passou, em São Paulo, para 65.000 na segunda-feira; na quarta eram 100.000; e na quinta duplicou: 200.000 manifestantes. Igual crescimento país afora, todas as cidades grandes e médias tiveram manifestações expressivas, e com demandas diversificadas, embora o fio tênue do transporte as unificasse. Por isso, também a redução das tarifas se ampliou no território nacional. Alias, não é sintomático que o transporte tenha sido o estopim – basta ver as paradas de ônibus, metrô e trens nas grandes cidades, em final de expedientes. As pessoas voltam para casa, mas antes têm de enfrentar uma grande luta para ter mobilidade.

5 – Visibilidade das redes está clara nos seguintes números: entre os dias 13 e 21 de junho foram mais de dois milhões de menções em Facebook, Twitter, YouTube e Google. No mesmo período a Copa das Confederações teve 214.000 menções. O monitoramento foi feito com base em palavras chave como %passe livre, % vempraru, %ogiganteacordou, que são as hashtags.

Mas também se a internet serve para repetir discursos produzidos, pré-estabelecidos, na rua vemos uma difusão de pautas. A internet responde com um novo significado o que aparece nos meios de comunicação. Há uma espécie de guerra simbólica, diz uma das participantes.

6 - Reportagem do dia 23 de junho discorre sobre o uso das mídias sociais no país, que têm números expressivos. As redes sociais são cada vez mais acessadas nas ruas, graças ao avanço dos smartphones, que deverão ser 50% dos aparelhos celulares neste ano. De acordo com o monitoramento da empresa Scup, publicações sobre os protestos impactaram mais de 16 milhões de pessoas nas redes sociais, divulgando números extraordinários. Na internet, atos mobilizam 136 milhões. Grupos deram ajuda aos manifestantes. Mundo conectado das redes: vídeo com 100.000, 150.000; 200.000 visitas. Vídeo amador mostra um policial quebrando o vídeo de um carro para simular ação de vandalismo (reportagem de Anna Carolina PAPP e Camilo Rocha, no Estado do São Paulo)

Conclusão

Este capítulo procurou refletir sobre a ordem social expressa através do Estado e do Planejamento, e a produção de novos conflitos e modalidades de cerceamento da liberdade e de direitos sociais e culturais nas margens do Estado, justamente onde o Estado chega através de suas práticas regulatórias e autoritárias. Essa perspectiva permite recompor a realidade social em suas contradições e os movimentos de afirmação de direitos à cidade em sua plenitude. Autores como Fanon, Das Veena, Escobar e outros mostram isso – e permitem levar esse entendimento mais longe. Acredito que a sociedade brasileira colocou novas questões ao Estado Nacional e ao Planejamento, mas sobretudo revelou como as práticas de regulação do Estado nas periferias urbanas contrariam os princípios de constituição do estado de direitos e, portanto, ferindo a própria constituição e sentido do projeto de Estado Moderno.

As reivindicações foram de natureza política, coisa pública, não individual, ligadas à ordem política, à estrutura do governo, à vida do cidadão em que ele depende das instituições. Outras reivindicações: redução do número de cem deputados, e ainda redução dos salários de parlamentares; contra pedágios, contra transparência, tolerância, respeito à diferença. Denominado como “Movimento Ocupe Delfim Moreira” jovens vararam a madrugada em vigília, de uma sexta-feira até domingo, em movimento convocado pelas redes sociais para ocupar a Avenida Delfim Moreira, no Leblon na proximidade da residência do governador Sérgio Cabral. As reivindicações e as pres-

sões eram por serviços públicos de melhor qualidade, saúde e educação, CPI dos transportes e denúncia dos altos gastos públicos para os megaprojetos da Copa. Outra ação do Movimento Rio da Paz, em Copacabana, protestando por transporte, educação, saúde e segurança pública “padrão Fifa”, colocaram na praia 500 bolas de futebol que representavam o Brasil real, e não o da Fifa, simbolizando meio milhão de brasileiros assassinados nos últimos dez anos.

Ao referir-se a Agamben (2004) sobre os processos complexos que levam os indivíduos a uma “vida nuda”, citando o autor, Das e Polle (2004) refletem sobre a associação da violação de direitos que atingem o indivíduo por inteiro, e os limites impostos pela lei que representa, em síntese, o sistema normativo atravessado pelas desigualdades da sociedade e que decorre a construção de imagens que conduzem a uma autolegitimação de corpos assassinaíveis “*porque son posicionados por la misma ley como anteriores a la institución de la misma*” (DAS; POLLE, 2004).

A violência no Brasil, ainda que não de forma exclusiva, está relacionada à desigualdade social, aos lugares sociais de classe, e à cor das pessoas. O levantamento feito em 2011 pelo Instituto Sangari e pelo Ministério de Justiça sobre violência no país mostra dados contundentes: o assassinato de pretos e pardos aumentou no correr de 2002 a 2008, enquanto o número de brancos assassinados diminuiu⁴.

O que Darcy Ribeiro dizia sobre o “povo brasileiro” estava talvez longe de ser a expressão dos rostos dessa multidão que espera os finais da tarde, saída do trabalho ou de escolas/faculdades para manifestar, para afirmar diferenças políticas e ideológicas, para escancarar as fragilidades que pulsam no sentimento do brasileiro diante de uma ordem política, social e jurídica que os fragiliza, os invisibiliza, os subtrai da existência como cidadãos de direito e sujeitos capazes de pensar sobre seus desejos, seus direitos e sua existência.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPADURAI, A. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- BHABHA, H.. *The Location of Culture*. London: Routledge, 1994.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ACSERLALD, H. (Org.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fron-*

⁴ Ver Relatório intitulado Mapa da Violência, Brasil, Coordenação: Júlio Jacobo Waiselfisz, Rio de Janeiro, 2011

- teiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- CARVALHO, M. N.; CASTRO, E.; COUTO, R. C. S. A descentralização da política de medicamentos no contexto da reforma da saúde no município de Barcarena/PA. In: MATTIS, A.; CASTRO, E.; SIMONIAN, L.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). *Poder local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA, 2007.
- CASTELLS, M. O povo não vai se cansar de protestar. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 30 jun. 2013.
- CASTRO, E. (Org.). *Cidades na floresta*: São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. Citoyenneté, société civile et mouvements sociaux au Brésil. In: MARQUES-PEREIRA, B.; BIZBERG, I. *La Citoyenneté sociale in Amérique Latine*. Bruxelas: L'Harmattan, 1995.
- COHN, A. Descentralização, cidadania e saúde. *São Paulo em Perspectiva*, v. 6, n. 4, p. 70-76, out./dez. 1992.
- DAS, V.; POOLE, D. (Eds.). *Anthropology in the margin of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004.
- GAUDEMAR, J. P. *Movilidad del Trabajo y acumulación de capital*. Mexico: Era, 1979.
- ESCOBAR, A. *Territories of difference: place, movements, life, nets*. Durham: Duke University Press, 2008.
- _____.; PARDO, M. Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Semear outras Soluções*. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 289-317.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa do Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- HARVEY, D. *Espaços da esperança*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HOBSBAWM, E. *Rebeldes Primitivos*. Madrid: Crítica, 2001.
- ROLNIK, R.; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. *Regiões nas cidades, cidades nas regiões*. São Paulo: UNESP: 2004. p. 95-104.
- LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte, 1991.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARICATO, E. *O impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOISÉS, J. A. *Classes populares e protesto urbano*. 1978. 449f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.
- MOISÉS, J. A.; ALLIER, V. M. A revolta dos suburbanos ou Patrão, o trem atrasou. In: MOISÉS, J. A. (Org.). *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 9-86.
- OLIVEIRA, P. R. de Mausenso; São Paulo, *Jornal O Estado de São Paulo*, 22 junho de 2013
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Petrópolis: Vozes, 1966.
- PRADO JR., C. *A formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Illinois: University Press. 1988